


ID: 17	Reconquista	Tiragem: 11 000	Página: 35	
Data: 30.01.2020		País: Portugal	Cor: preto e branco	
		Âmbito: regional		
		Periodicidade: semanal		

## FALEMOS CLARO

# O Instituto Politécnico e o Território

Recordo da década de oitenta do século passado, dos anos de implantação e consolidação do Instituto Politécnico de Castelo Branco, que a principal razão da criação dos Politécnicos e a sua distribuição pelo país, era a situação de atraso do território. Foram as características e as necessidades de desenvolvimento do nosso território e as carencias de técnicos, que justificaram a implantação do ensino Politécnico na Beira Baixa. Cito Andrade e Refega (1979): "A instalação do ensino superior politécnico em Castelo Branco, visava corrigir algumas assimetrias regionais, nos domínios do acesso ao ensino superior, na formação e fixação de técnicos na região, na investigação de problemas regionais, no apoio às instituições públicas e privadas e na fixação de uma massa crítica de técnicos que pudesse dinamizar a investigação, apoiar a indústria e dinamizar cultural e desportivamente a sociedade em que se insere."

O Instituto Politécnico, numa zona do interior, lutando contra o despovoamento e a desertificação, o envelhecimento e a falta de esperança no futuro, não pode ser visto nem administrado como uma Instituição auto-centrada, nem como uma Organização que consome recursos públicos e energias nas suas questões e polémicas internas, na centralização de serviços e recursos, que apenas se justificam na medida em que sejam colocados ao serviço do desenvolvimento da região. E, embora se tenha verificado alguma evolução, as grandes questões que bloqueiam o interior e fazem

aumentar as assimetrias e perturbam o ordenamento do território, mantêm-se. Apartir de 1984 e durante mais de vinte anos, fui Professor Adjunto convidado, sempre na Escola Superior Agrária e, em alguns anos, acumulando com actividade docente na Escola superior de Gestão e na Escola Superior de Educação. No âmbito da organização das empresas agrícolas, promovi a criação e dirigi o Centro de Estudos e Planeamento. Assim, não me é indiferente o que se passa com o nosso Politécnico, até em termos de cidadania cívica e cultural. Conheço por dentro o funcionamento do Instituto e sempre estive de acordo com o então presidente Professor Pinto de Andrade quando defendeu: "o desenvolvimento das Escolas/Instituto devia ter em conta os saberes e idiossincrasias culturais das populações rurais e transformar os actores locais - crianças, famílias, autarcas, associações - e os actores externos - professores e educadores - em agentes de desenvolvimento local, que viabilizasse a emergência de acções colectivas portadoras de futuro; essa, sim, deveria ser a Escola/Instituto pretendido." Perante uma visão e uma missão inequivocamente enraizada no território, não faz qualquer sentido a recente polémica fabricada nos gabinetes, de reforçar os Serviços e Departamentos Centrais e deles fazer depender as Escolas Superiores e não tem pés nem cabeça reduzir a autonomia e a capacidade da Escola Superior de Gestão, a única unidade educativa territorialmente descentralizada em Idanha-a-Nova. Por outro lado, dizem-me que sobre as teses reorganizati-

vas que o actual Presidente levou a votação ao Conselho Geral, nada constava no seu programa eleitoral, aquando da sua recente eleição. Não deveria ter sido ao contrário? Mas que se verificou votação maioritária, é um facto. Ora, o que permanece incompreensível é que os elementos do Conselho Geral não dão a cara pelas teses em que votaram. Até há autarcas no Conselho Geral, que se mantêm calados, mesmo tendo contribuído para um diferendo com o Concelho de Idanha-a-Nova. Os responsáveis locais e regionais do Partido Socialista que sempre defenderam a descentralização, agora permanecem em pesado silêncio perante o objectivo de reforço da centralização do Politécnico. É por serem Governo? Se estivessem na oposição e alguém surgisse com tais teses centralizadoras, não defenderiam publicamente um Instituto Politécnico mais próximo e enraizado no território?

Há, também, quem não entenda que haja algo a ganhar com as feridas que se estão a abrir na actual crise, pelo não respeito da autonomia e pela desconsideração da personalidade cultural e do caminho académico das actuais Escolas, bem como do sentido de comunidade de cada uma das Escolas Superiores. Bem antes pelo contrário, gera-se de dentro para fora, confusão nos objectivos e desmotivação. O Instituto Politécnico de Castelo Branco vale o que valerem as suas Escolas, sempre foi assim e sê-lo-á no futuro. Os Projectos especializados, tais como Centros de Estudos, de Planeamento, de Investigação e de Valorização dos recursos locais e do património regional,

porque abrangentes e interdisciplinares, devem ter componentes das Escolas e estarem abertos a parcerias com outras Entidades e agentes de desenvolvimento. Sobretudo, tais equipas de Programas e de Projectos devem estar empenhadas em partilhar meios e contratuar objectivos. Não me parece que possam ter tal abrangência e flexibilidade se forem grandes, verticais e hierquizados Departamentos ou Serviços Centrais.

Falemos claro. Em vez de se concentrar sobre si próprio e andar para trás com infelizes polémicas, desvalorizando a inserção territorial descentralizada da Escola Superior de Gestão em Idanha-a-Nova, a filiação coerente da Missão do Politécnico na estratégia de desenvolvimento do nosso território, coerente com a sua Matriz fundacional, se encarada de frente e com sentido estratégico - deverá articular-se com as Autarquias Locais e, até, com a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, a Adraces e Associações empresariais. É que, como há quarenta anos, fazem muita falta na região agentes eficientes de efectivo desenvolvimento local que viabilizem a emergência de acções colectivas portadoras de futuro.

Oxalá vença o bom senso de o Instituto Politécnico não se concentrar sobre si próprio, como um dado adquirido e considerando-se um fim em si mesmo. Antes, tem de continuar a justificar-se em função do papel que desempenhe no desenvolvimento do território da Beira Baixa que o suporta e que justifica a sua existência.

Lopes Marcelo